

Infohabitar, Ano XVI, n.º 736

Espaço público e identidade urbana: qualificação do espaço público como fator de identidade e apropriação coletiva do espaço construído - Infohabitar # 736

António Baptista Coelho (texto e imagens)

Resumo

A modos de introdução, o artigo arranca com uma reflexão sobre o que se julga ser a essencial temática do “construir no construído” para uma adequada (re)qualificação integrada do espaço urbano no sentido de operações que respeitem, incentivem e reconstruam as respetivas identidades urbanas. Sequencialmente abordam-se, como objetivos básicos para essa requalificação, o (re)desenvolvimento de uma cidade do pormenor e do vagar, expressivamente amigável por ser bem passeável e passeada, sendo, portanto, uma cidade mais e melhor habitada. O artigo é concluído com uma reflexão de vai do mais geral para o mais particular, iniciando-se com a importância da ligação profunda e constante entre cultura e urbanidade, desenvolvendo-se com o evidenciar do grande papel que tem uma forte aliança (integração) entre as intervenções de requalificação no exterior urbano e nos respetivos edifícios e concluindo-se com o sublinhar da importância que tem e terá, cada vez mais, o desenvolvimento de uma cidade constituída por vizinhanças bem encadeadas, estimulantes e mesmo estrategicamente surpreendentes.

1. A modos de introdução sobre a essencial temática do construir no construído

Qualificamos e requalificamos o espaço público para que este seja mais e melhor habitado – mais intensa e prolongadamente –, e, neste sentido, pensamos num re-habitar da cidade, através de um desejado e evidenciado reforço do uso dos espaços urbanos – no sentido de a podermos ter mais viva e estimulante, num círculo virtuoso gerador de inúmeros benefícios – desde a saúde e prosperidade dos habitantes à respetiva segurança pública.

Para tal, para se visar uma cidade com espaços exteriores mais intensa e prolongadamente habitados/usados, tal como refere Jan Gehl, há que privilegiar um diálogo com o espaço contruído (mais horizontal ou mais vertical) marcado pelo “construir no construído”, ou, se quisermos e tendo em conta também novas intervenções (cada vez mais raras) o construir numa ligação total e simbiótica com a envolvente da intervenção e tendo em conta a máxima dinamização dos desejáveis fluxos e relacionamentos entre exteriores e edifícios.

A ideia do “construir no construído” foi defendida e lançada por Francisco de Gracia (1), e refere-se a uma perspetiva de intervenção urbana que se baseia numa reconstrução da coesão urbana marcada pela escala e uso humanos, pelo desenvolvimento de adequados estímulos visuais e funcionais e por uma cuidadosa e vitalizada densificação; estando todos estes aspetos integrados num objetivo de verdadeira reabilitação – ou habilitação, acrescenta-se – da paisagem urbana local, que há que preservar e (re)construir, designadamente, nos seus aspetos orgânicos e ligados ao respetivo carácter do lugar.

Avançando-se, assim, num sentido de (re)construção da paisagem urbana de vizinhança e não numa truncada intervenção que se limite, praticamente, ao edificado, tratando-se os exteriores, mais ou menos envolventes, essencialmente, como espaços de enquadramento; e nem assim acontece frequentemente, pois como bem sabemos muitas vezes os exteriores são reduzidos a espaços sobrantos.

Naturalmente que uma tal perspetiva obriga a um verdadeiro Projecto de Arquitetura Urbana bem fundamentado e valorizador de cada lugar, e muito bem qualificado, seguindo metodologias estrategicamente diversificadas e adequadas a cada situação, extremamente “dúcteis”, porque verdadeiramente (re)inventoras de um espaço urbano bem pormenorizado e à escala humana e urbana; existente, entre nós, em algumas ações de referência, que depois de dezenas e dezenas de anos de vivência estão, por vezes, melhores e mais vivas do que quando foram desenvolvidas, e que é essencial divulgar e visitar/viver local e demoradamente, pois só assim as poderemos conhecer com a profundidade necessária a uma sua sempre parcial e relativa reaplicação em outras situações.



Fig. 01: um verdadeiro Projecto de Arquitectura Urbana bem fundamentado e valorizador de cada lugar, e muito bem qualificado, seguindo metodologias estrategicamente diversificadas e adequadas a cada situação, extremamente “dúcteis”, porque verdadeiramente (re)inventoras de um espaço urbano bem pormenorizado e à escala humana e urbana.

2. Sobre a cidade do pormenor e do vagar

Nesta matéria o arq.º Yves Lyon, faz uma síntese, quando refere que “depois do período dos grandes projetos há que assumir a arquitectura como abertura ao mundo ... numa clara abertura à vida, bem distinta de clausuras disciplinares”; defendendo, assim, “uma nova atividade de arquiteto feita da atenção para com os lugares” e que privilegie “não mais a criação de objetos isolados, mas sim a integração, a conjugação e o desenvolvimento de ligações entre sítios, entre pessoas e entre exigências e necessidades.”

Continuamos, deste modo, na referida perspetiva do “construir no construído”, ligada à reconstrução ou recriação da coesão urbana marcada pela escala e uso humanos, pelo desenvolvimento de adequados estímulos visuais e funcionais e por uma cuidadosa e vitalizada densificação.

Uma recriação à escala humana, com o sentido mais amplo possível desta “escala”, concretizada seja na requalificação do próprio espaço exterior público, seja na relação que nele se deverá desenvolver com os vãos dos edifícios contíguos, refazendo-se um exterior público religado à “presença ampliada do homem”, como escreve Rudolf Arnheim (2), e um exterior público renovado, libertado da opressão do veículo motorizado, e que, assim sendo, pode e deve ser estratégica e agradavelmente pontuado por verdadeiros recantos domésticos, como por exemplo acontece em tão velhos como vivos centros históricos e em novos bairros bem desenhados como, por exemplo, Alvalade e Olivais Norte em Lisboa.

Assim se irão melhorando estrategicamente as imagens urbanas de cada vizinhança e de cada conjunto urbano mais coeso, evidentemente, não apenas com o sentido estrito e “visual” de tais imagens – sempre em sequências de imagens estruturantes de acessibilidades –, mas também e objetivamente para que tais agregados estimulantes de imagens contribuam, direta e indiretamente, para a referida promoção do uso intenso do exterior, condição que, por sua vez, proporcionará melhor fruição dessa imagem urbana, num círculo virtuoso de melhor imagem e mais e melhor uso, e numa atenção às suas sequências, pormenores e recantos de estar, que, por sua vez é dinamizadora de melhores relações de identificação com cada local, de uma convivialidade pública e vicinal mais espontânea, e mesmo de melhores condições de segurança pública no seu uso.



Fig. 02: um exterior público renovado, libertado da opressão do veículo motorizado, e que, assim sendo, pode e deve ser estratégica e agradavelmente pontuado por verdadeiros recantos domésticos, como por exemplo acontece em tão velhos como vivos centros históricos e em novos bairros bem desenhados como, por exemplo, Alvalade e Olivais Norte em Lisboa.

Mas evidentemente que nas ações de requalificação em que se privilegiam os usos pedonais do espaço público não podemos desenvolver uma segregação simplista do automóvel privado, pois como escreveu Spiro Kostof (3), “o mais importante aspeto do apoio ao peão ... liga-se ao desenho de vizinhanças residenciais ... através de um novo tipo de rua .. cuja principal função não é a circulação e o estacionamento automóvel, mas sim o andar a pé e o recreio.”

Um caminho urgente na revitalização tanto de espaços centrais de cidades, como de vizinhanças residenciais, que está a ser privilegiado até na recente regulamentação de tráfego europeia, que esteve bem evidenciado numa importante e excelente

exposição, com autoria francesa, que passou por Lisboa – A exposição itinerante “A rua é nossa...é de todos nós!”, concebida pelo Institut pour la Ville en Mouvement – e cujas noções parecem terem tido algum eco em diversas e recentes intervenções em espaços públicos de Lisboa; e um caminho que, « é essencial numa urgente recuperação da cidade para o cidadão, passo estruturante para uma verdadeira requalificação do espaço público, que o reabilite ou habilite como espaço privilegiado e protector dos mais idosos e dos mais jovens, que são, afinal, aqueles cidadãos e habitantes que tendem a usar o exterior mais intensa e frequentemente, mas se este for verdadeiramente agradável e seguro.

Escreveu António Pinto Ribeiro (4), sobre esta matéria, que “seria desejável que a cidade voltasse a ter como medidas de planeamento o peão e o utente do transporte público. Tal corresponderia [...] a uma ligação mais epidérmica com o espaço, à possibilidade de se instalar durabilidade”, e talvez verdadeira sustentabilidade, “no tempo de gozo da cidade”.

Cidade passeável e passeada, cidade mais habitada

O peão precisa de poder passear em verdadeiras cenas habitadas, precisa de emoção e de conteúdos, não apenas funcionais e o peão gosta de sentir que passeia em zonas vivas e nestas matérias provavelmente o habitar do dia-a-dia ganhará com algumas técnicas ligadas ao turismo, enquanto o turismo pode ganhar muito com alguma da qualidade espontânea e com o sentir e participar (d)a vida de comunidades urbanas e residenciais positivamente caracterizadas e ativas, e exemplo disto encontra-se já em vários “centros históricos” bem vivos e já disseminados pela Europa.



Fig. 03: o peão precisa de poder passear em verdadeiras cenas habitadas, precisa de emoção e de conteúdos, não apenas funcionais e o peão gosta de sentir que passeia em zonas vivas; e do Norte ao Sul da Europa os bons exemplos aí estão.

Precisamos de poder passear fisicamente e mentalmente, viajando, pausada e agradavelmente, por uma “cidade desaparecida”, mas que esteja viva, aqui e ali, mais em determinados bairros, em alguns espaços mais apetecíveis e, essencialmente, através de percursos estruturantes e bem apoiados em excelentes sequências de imagens urbanas e residenciais; é esse o objectivo que devemos ter em mente, e para isso é também fundamental associar, sistematicamente, a resolução dos problemas de carências habitacionais aos da falta de qualidade e vitalidade urbanas, pois de contrários correremos sempre riscos de falta de animação e/ou até de um sentido um pouco artificial de vivência.

Afinal não basta ordenar o espaço para se criar um ambiente interessante e motivador; o habitante também necessita de emoção na relação afetiva com o espaço urbano e o uso a pé do espaço público é ação de grande proximidade e, portanto, muito diretamente estimulada pela qualidade do desenho urbano; afinal passeamos mais e melhor quando sentimos que os espaços urbanos e residenciais são “mais passeáveis”, porque caracterizados por imagens coerentes e estimulantes, que incentivam o passeio, desde que, evidentemente, também funcionalmente bem servidas em termos de agradabilidade dos percursos.

Vizinhanças amigáveis, vizinhanças amáveis

Importa salientar que, atualmente, não parece haver ainda um conhecimento devidamente sedimentado, publicitado e, essencialmente, consensualizado (no que for possível) sobre a qualidade urbana que é possível ter, por exemplo, numa praça ou rua residencial, verdadeiramente amigável, apropriável, digna e atraente.

Os conhecimentos e as preocupações continuam a estar, aqui, dirigidos para os aspetos funcionais do tráfego de veículos. Estamos agora apenas a começar a ultrapassar, um pouco a medo, uma tal estrita e fictícia funcionalidade numa perspectiva de simples defesa da segurança pedonal, falta-nos todo um caminho de humanização de conteúdos funcionais e de imagens.

Não é possível deixar de referir que este caminho de projeto deve ser compatibilizado com a disponibilização de novas e diversas tipologias residenciais adequadas para grande diversidade de formas e gostos de habitar, talvez agora com uma atenção específica às pessoas sós e às pequenas famílias, numa ação que contribui, estrategicamente, para a vitalização da cidade com novos habitantes e habitantes muito disponíveis para participar nessa vitalização, até porque serão pessoas que irão encontrar nesse meio urbano “concentrado” condições adequadas para a manutenção ou a redescoberta do interesse, da riqueza e da vitalidade e funcionalidade na vida diária cidadina.

E não tenhamos qualquer dúvida de que a perspectiva que acabou de ser apontada é muito bem servida por uma reinvenção tipológica que termine de vez com os formatos “únicos” do mau funcionalismo e que proporcione um leque muito diversificado de relações de acessibilidade e de transição entre os espaços públicos ou de uso público e o interior dos edifícios, numa diversificação de elos de ligação entre interior e exterior que vitalize e torne mais seguros toda uma estimulante e diversificada família de espaços exteriores e de transição interior/exterior.

Cultura e urbanidade

Neste processo de reflexão e de projeto importa aplicar ferramentas facilitadoras das intervenções e nesta matéria devemos ter presente que a revitalização urbana, a dinamização da cultura e da arte, e a criação de uma cidade mais cívica, humana e ambientalmente sustentável, são aspetos que mutuamente se conjugam e se influenciam.

A arte urbana ou pública tem, realmente, uma, frequentemente, pouco conhecida, mas muito grande, importância na valorização, na identificação, na apropriação e no recheio de afetividade dos espaços públicos; mas há que ter sensibilidade no apurar das intervenções.

Aliança entre intervenções no exterior urbano e nos edifícios

Em tudo isto importa salientar que grande parte do segredo de uma cidade viva e sensível relativamente aos seus habitantes, está num tecido urbano com continuidades afirmadas, que acolham bem e atraentemente uma diferenciação formal e funcional equilibrada, em continuidades urbanísticas não especializadas e que levem

a cidade até à porta de muitas casas, enquanto também proporciona recantos “domésticos” em zonas citadinas mais animadas.

E esta grande unidade dos espaços urbanos e residenciais constitui-se num fundamental ligante de apropriação, sendo que nesta unidade formal e funcional fica evidente o protagonismo do espaço público.

Um protagonismo que é essencial veículo de diversas qualidades da urbanidade, entre as quais é atualmente bem oportuno evidenciar a criação de espaços com usos mistos; sejam exteriores, sejam edifícios, sejam unidades com partes interiores e exteriores.



Fig. 04: a propósito de uma requalificação pedonal realizada com grande sensibilidade, uma imagem da envolvente do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – pelo atelier de Gonçalo Byrne.

Do estímulo e da surpresa na cidade

Mas todo este caminho não é possível sem intervenções marcadas pela qualidade arquitectónica e que tenham em devida conta adequadas condições estímulo, surpresa, considerando mesmo um certo sentido lúdico (...) , pois o espaço urbano para além de nos acolher e proteger, também nos deve estimular e surpreender, pela positiva naturalmente; e nesta perspectiva o adequado manejar da imagem urbana é essencial e nele a intervenção no espaço público é sempre determinante.

E, tal como referiu a colega Marilice Costi, num dos primeiros artigos da Infohabitar em Junho de 2005: “Uma cidade precisa surpreender, mostrar sua história, entregar-se a quem passa por ela e dar-lhe o seu sabor. Ela precisa apaixonar a qualquer um, provocar sensações, proporcionar vivências. Ser lugar para seus moradores e um novo lugar para quem chega.”

Notas:

(1) Francisco de Gracia, Construir en lo construido – la arquitectura como modificación. Madrid, Editorial Nerea, 1992.

(2) Rudolf Arnheim, “A dinâmica da forma arquitectónica”, trad. Wanda Ramos, 1987 (1977), p.70.

(3) Spiro Kostof, “The City Assembled – The elements of urban form through history”, 2004 (1992), pp.240 a 242

(4) António Pinto Ribeiro, “Abrigos: condições das cidades e energia das culturas”, 2004, p. 18.

Nota final: o presente artigo corresponde a uma edição ampliada, modificada e revista do artigo que foi editado na Infohabitar, em 17/04/2014, com o n.º 482 e integrado no ciclo editorial associado aos anos em que o autor esteve ausente do LNEC para ser professor na UBI.

Referências editoriais:

1.ª Edição: Infohabitar, Ano XVI, n.º 736, terça-feira, junho 30, 2020

Link para a 1.ª edição: <http://infohabitar.blogspot.com/2020/06/espaco-publico-e-identidade-urbana.html>

Etiquetas/palavras chave: habitação, urbanismo, arquitectura urbana, identidade das cidades, identidade urbana ,identidade e arquitectura,

Nota editorial da Infohabitar:

Embora a edição dos artigos na Infohabitar seja ponderada, caso a caso, pelo corpo editorial, no sentido de se tentar assegurar uma linha de edição marcada por um significativo nível técnico e científico, as opiniões expressas nos artigos e comentários apenas traduzem o pensamento e as posições individuais dos respectivos autores desses artigos e comentários, sendo portanto da exclusiva responsabilidade dos mesmos autores.

Infohabitar

Editor: António Baptista Coelho, Investigador Principal do LNEC

abc.infohabitar@gmail.com, abc@lneec.pt

A Infohabitar é uma Revista do GHabitar - Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional – Associação atualmente com sede na Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE) e anteriormente com sede no Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do LNEC.

Apoio à Edição: José Baptista Coelho - Lisboa, Encarnação - Olivais Norte.